

- XLVI -**AVALIAÇÕES EXTERNAS ESTADUAIS NO CONTEXTO
DO SAEB: PROBLEMATIZANDO OBJETIVOS E
JUSTIFICATIVAS**

Paulo Henrique Arcas
FEUSP - arcasmg@uol.com.br

Ocimar Munhoz Alavarse
FEUSP - ocimar@usp.br

Maria Helena de Aguiar Bravo
FEUSP - mh.bravo@yahoo.com.br

Raíssa de Oliveira Chappaz
FEUSP - raissa.chappaz@usp.br

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1980, na educação brasileira, destacou-se a implementação de avaliações externas caracterizadas, principalmente, pela mensuração das proficiências dos estudantes em leitura e resolução de problemas, em âmbito nacional e nas unidades federadas, como elemento central das políticas educacionais, quer como aspecto de gestão, quer configurando políticas de avaliação.

As iniciativas avaliativas do governo federal, disseminando concepções de qualidade educacional, também, influenciaram estados e municípios na adoção de avaliações externas próprias (BAUER et al., 2017; CHAPPAZ, 2015; SOUSA; OLIVEIRA, 2010). Esse processo se intensificou pelo desdobramento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) na Prova Brasil em 2005 – que tornou-se censitária para escolas públicas de ensino fundamental – e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007, que utiliza resultados da Prova Brasil e de aprovação.

Se a amplitude da Prova Brasil poderia substituir ou inibir avaliações externas próprias, tem-se, contudo, verificado o fortalecimento ou o surgimento dessas avaliações em

estados nos quais eram até então muito incipientes ou inexistentes, como apontam Machado, Alavarse, Arcas (2015, p. 671).

Para Brooke, Cunha e Faleiros (2011), essa expansão refletiria a necessidade dos entes federados em controlar o processo de avaliação para elaborar estratégias pedagógicas e de gestão mais precisos e eficazes. Nesse quadro, pode-se cogitar que a resistência de entes federados em terem suas redes de ensino avaliadas pelo governo federal se pauta pela ausência de competência técnica na apropriação dos resultados, ou pela necessidade de dispor de resultados para finalidades diferenciadas.

Se, no geral, as avaliações externas estaduais vêm reforçando a crença em sua capacidade de influenciar práticas, subsidiar a gestão educacional e, simultaneamente, reforçar uma cultura de avaliação local, em especial, constata-se que esse processo de expansão das avaliações externas tem se desenvolvido com mediações e diferenciações entre os estados e até mesmo no transcurso histórico de cada um deles, somadas às relações igualmente matizadas entre iniciativas do governo federal e dos estados estaduais, com reitera Bonamino (2013).

DESENVOLVIMENTO

Para a condução da pesquisa na qual deriva este trabalho, procedeu-se ao levantamento de trabalhos dedicados às iniciativas estaduais como, por exemplo, Brooke et al. (2011), Lopes (2007) e Perboni (2016), e que se constituíram, junto com textos oficiais, em fontes que permitem apreender pressupostos, elementos estruturantes, principais características e usos/consequências dos resultados das avaliações estaduais.

Para uma visão de abrangência nacional, foram sistematizados, no âmbito do Grupo de Pesquisas em Avaliação Educacional da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Gepave), alguns estudos acerca de avaliações estaduais criadas desde os anos 1990 até 2016, relativos a 21 estados, uma vez que Amapá, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Roraima e Santa Catarina não apresentavam iniciativas de avaliações externas nesse período.

Assim, busca-se no presente estudo identificar e analisar os objetivos e justificativas, para problematizá-los, apresentadas pelos 21 estados para a criação de avaliações próprias, sobretudo em face da existência do Saeb, que passa a ter abrangência censitária a partir de 2005, e do Ideb, a partir de 2007.

Uma análise inicial aponta a existência de três principais objetivos para a implementação de iniciativas próprias. O primeiro deles, indicado pelos estados do AC, AM,

BA, CE, ES, MA, MG, PA, PB, PE, PI, SP, PR, RS, abrange características associadas à coleta de dados para gestão e diagnóstico da rede; o monitoramento do desempenho dos alunos e das políticas e programas implementados; e dar maior agilidade na divulgação desses dados.

O segundo objetivo, apresentado pelos estados do AC, AL, AM, CE, ES, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PR, SE, SP, RJ, TO, traz características de (re)planejamento de políticas e ações centradas nas escolas, que visariam o planejamento estratégico das escolas (PPP, PDE, metodologias de ensino e estratégias pedagógicas, mapeamento dos alunos); o (re)direcionamento de recursos; a implementação e (re)formulação de políticas públicas; a articulação de programas e a construção de indicadores educacionais.

O terceiro objetivo, explicitados pelos estados de AL, AM, BA, CE, ES, MA, MG, PA, PE, PB, PI, PR, RJ, RO, SE, SP, relaciona-se a objetivos específicos das políticas educacionais voltados para a responsabilização ou prestação de contas (*accountability*), como a garantia do direito à aprendizagem; a melhoria da qualidade da educação; a redução dos índices de evasão e repetência; o cumprimento de metas educacionais; o fortalecimento da gestão escolar; a prestação de contas e a sedimentação de uma cultura avaliativa.

CONCLUSÕES

Antes de 2007, iniciativas estaduais apresentavam objetivos de suas avaliações externas com justificativas relacionadas às limitações da abrangência amostral do Saeb – que dificultava as escolas se identificarem com os resultados –, das aplicações serem bienais, da demora na divulgação dos resultados e da dificuldade de interpretar pedagogicamente os mesmos.

Mesmo, a partir de 2007, tendo o MEC apresentado propostas que, pelo menos em tese, buscavam responder algumas dessas questões, verifica-se um número crescente de avaliações externas estaduais. E em alguns estados, apesar de objetivos explicitados em documentos para "melhorar" as avaliações externas da União, suas avaliações apresentavam demora na divulgação e a dificuldade na interpretação pedagógica dos resultados, sendo que em alguns casos isso se avolumou pela adoção de avaliações externas anuais nas escolas de suas redes. Portanto, sem superar as limitações elencadas como justificativas.

O mais interessante, na perspectiva de se explorar o que poderiam ser outros os objetivos de alguns estados que decidiram criar avaliações externas próprias ou aperfeiçoar as já existentes, é o fato de terem adotado matrizes de avaliação alinhadas com as do Saeb,

com implicações para o currículo desenvolvido, incluindo revisões ou novos currículos, em suas escolas, reforçado pela adoção da Teoria da Resposta ao Item (TRI) para expressar seus resultados na escala Saeb, o que permite a comparação dos resultados. Destaca-se, ainda, a criação de índices próprios, à semelhança do Ideb, para fins de premiação ou de responsabilização de profissionais da educação. Isso, também, deixa entrever o objetivo de preparar seus alunos para participação na Prova Brasil e, conseqüentemente, para incrementar os resultados do Ideb e atingir as metas propostas nesse indicador.

REFERÊNCIAS

BAUER, A. et al. Iniciativas de avaliação do ensino fundamental em municípios brasileiros: mapeamento e tendências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n.71, p. 1-19, 2017.

BONAMINO, A. M. C. Avaliação educacional no Brasil 25 anos depois: onde estamos? In: BAUER, A.; GATTI, B. A. (Org.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013. p. 43-60.

BROOKE, N. P.; CUNHA, M. A.; FALEIROS, M. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**: relatório final. Belo Horizonte: Game/UFGM; Fundação Victor Civita, 2011.

BROOKE, N. P. et al. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**: relatório final. Belo Horizonte: Game/UFGM; Fundação Victor Civita, 2011.

CHAPPAZ, R. O. **A Prova São Paulo e as tensões das avaliações externas**: diálogos com o currículo oficial da rede municipal de ensino de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LOPES, V. V. **Cartografia da avaliação educacional no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O.; ARCAS, P. Sistemas estaduais de avaliação: interfaces com qualidade e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 31, n. 3, p. 667 - 680, set./dez. 2015.

PERBONI, F. **Avaliações externas e em larga escala nas redes de educação básica dos estados brasileiros**. 2016. 269f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUSA, S. M. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010.